



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V – JOÃO PESSOA  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**O PARADOXO DO PODER DOS ESTADOS UNIDOS APÓS O 11 DE  
SETEMBRO DE 2001**

**MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DE AQUINO**

**JOÃO PESSOA-PB  
2011**

**MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DE AQUINO**

**O PARADOXO DO PODER DOS ESTADOS UNIDOS APÓS O 11 DE  
SETEMBRO DE 2001**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Relações  
Internacionais da Universidade Estadual  
da Paraíba em cumprimento à exigência  
para obtenção do diploma de bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Filipe Reis Melo

**JOÃO PESSOA-PB  
2011**

A657p

Aquino, Maria das Gracas Almeida de.

O paradoxo do poder dos Estados Unidos após o 11 de setembro de 2001 / Maria das Gracas Almeida de Aquino. – 2011.

45f. : il. color

Digitado.

Trabalho Acadêmico Orientado (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Departamento de Relações Internacionais, 2011.

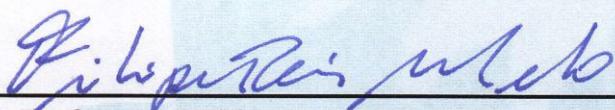
“Orientação: Prof. Dr. Filipe Reis Melo”.

1. Estados Unidos - Poder. 2. Hegemonia. 3. 11 de setembro. I. Título.

MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DE AQUINO

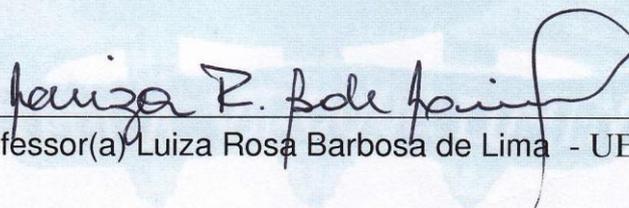
O PARADOXO DO PODER DOS ESTADOS UNIDOS APÓS O 11 DE  
SETEMBRO DE 2001

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Relações Internacionais da  
Universidade Estadual da Paraíba em  
cumprimento à exigência para obtenção do  
diploma de bacharel.



---

Professor(a) Filipe Reis Melo (Orientador(a)) - UEPB



---

Professor(a) Luiza Rosa Barbosa de Lima - UEPB



---

Professor(a) Cristina Carvalho Pacheco - UEPB

João Pessoa, 06 de julho de 2011.

Dedico este trabalho a Deus e a todos aqueles que compartilharam do meu sonho e acreditaram em mim, principalmente aos meus familiares pelo apoio, carinho, dedicação e compreensão, em todos os momentos da minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos professores do curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba que muito contribuíram ao longo desta jornada para a minha formação acadêmica.

A todos os funcionários da Universidade Estadual da Paraíba pela presteza e dedicação.

Ao meu orientador Filipe Reis, pela orientação, apoio e atenção dedicados durante toda a realização deste trabalho.

Aos examinadores Cristina C. Pacheco e Luiza Rosa B. de Lima pela disponibilidade e valiosas contribuições.

Aos meus colegas de curso, em especial Jan Marcel, Thayza Wanessa, Raíssa Onofre, Ewelyne Bezerra e Jessica Machado.

Em especial a minha mãe Maria (em memória), pelo amor, por ter acreditado que eu seria capaz e sempre me ter incentivado e dado suporte no decorrer da minha vida.

Ao meu pai e todos os meus familiares e amigos pela compreensão e companheirismo.

## RESUMO

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, os Estados Unidos passaram a ocupar uma posição de destaque no Sistema Internacional. Após o fim da Guerra Fria, da bipolaridade e do término desse conflito ideológico, muitos estudos emergiram buscando entender como se deu a formação do poderio norte-americano. As perspectivas foram inseridas nos grandes debates das Relações Internacionais e muitos teóricos passaram a elaborar teses acerca da hegemonia dos Estados Unidos. O propósito central deste trabalho é analisar duas posições antagônicas a respeito da trajetória da posição estadunidense no mundo após os ataques de 11 de setembro de 2001. Para tanto, fez-se um apanhado histórico sobre a origem do poderio norte-americano e discutiu-se o surgimento da teoria da estabilidade hegemônica. Em seguida, realizou-se um panorama dos principais acontecimentos que permearam as décadas pós-Segunda Guerra, enfatizando principalmente os anos 1990, já que foram precedentes nas grandes transformações ocorridas a partir do século XXI. Por fim, atentou-se para o debate entre as percepções teóricas da hegemonia e do declínio estadunidense. As duas posições foram representadas por José Luis Fiori e Maria da Conceição, que defendem a permanência incontestável da liderança estadunidense, em contraponto à posição defendida por David Harvey, Giovanni Arrighi, Eric Hobsbawm e Immanuel Wallerstein, que defendem a tese da decadência dessa liderança. Esse estudo conclui sustentando que apesar de haver um declínio relativo da posição dos EUA como líderes mundiais, a sua posição de *hegemon* ainda não está em perigo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Hegemonia. Declínio. Teoria da Estabilidade Hegemônica. Poderio Norte-Americano.

## ABSTRACT

With the end of the Second World War and the beginning of the Cold War, the United States have moved to a position of prominence in the International System. After the end of the Cold War, the bipolarity and the end of this ideological conflict, many studies have emerged in an attempt to understand how was the formation of North American power. The perspectives were included in the great debates of International Relations and many theorists began to elaborate theories about the U.S. hegemony. The purpose of this work is to analyze two opposite outlooks about the U.S. position trajectory in the world after the attacks of September 11, 2001. For that, it was made a historical overview of the origin of North American power and discussed the emergence of the theory of hegemonic stability. Then, it was made a viewpoint of the main events that permeated the decades after Second World War, especially emphasizing the 1990s, whereas there were precedents of major changes since the XXI century. Lastly, it focus on the debate between the perceptions of theoretical hegemony and the north american decline. The two positions were represented by José Luis Fiori and Maria da Conceição Tavares, who advocate for the permanence of the undisputed american leadership, in contrast to the position advocated by David Harvey, Giovanni Arrighi, Eric Hobsbawm and Immanuel Wallerstein, who advocate for the thesis of decadence of this leadership. This study concludes that despite of sustaining a relative decline of the U.S. position as a world leader, its position as hegemon is not in danger yet.

**KEYWORDS:** Hegemony. Decline. Hegemonic Stability Theory. North American Power.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA .....</b>	<b>11</b>
2.1 A INFLUÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL .....	11
2.2 HEGEMONIA E TEORIA DA ESTABILIDADE HEGEMÔNICA .....	15
2.3 O PARADOXO DO PODER AMERICANO: a concepção de mundo de Joseph Nye Jr. no pós-Guerra Fria.....	17
<b>3 AS ESTRATÉGIAS DOS ESTADOS UNIDOS NOS ANOS 1990.....</b>	<b>21</b>
3.1 O 11 DE SETEMBRO DE 2001: o divisor de águas .....	25
<b>4 HEGEMONIA OU DECLÍNIO? .....</b>	<b>31</b>
4.1 VISÕES SOBRE A HEGEMONIA .....	31
4.2 VISÕES SOBRE O DECLÍNIO .....	35
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>43</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde o final do século XIX, os Estados Unidos têm buscado ocupar uma posição de proeminência no cenário mundial, proveniente de suas conquistas, atingida a plena maturação do seu poderio no pós-Segunda Guerra Mundial, o país atraiu a atenção mundial. Garantindo a sua posição de destaque em diversas áreas, dentre as quais podemos apontar: aspectos econômicos, políticos e militares, despertaram o interesse de muitos autores das Relações Internacionais que se dedicaram a entender como se deu a conquista da hegemonia norte-americana.

As duas grandes guerras foram eventos que consagraram o poderio norte-americano. Ao final da Segunda Guerra Mundial o mundo contemplou a vitória dos Estados Unidos e sua ascensão enquanto potência mundial. Com a bipolaridade estabelecida sob a liderança dos soviéticos e norte-americanos, o mundo concentrou as principais atenções nos debates sobre a estrutura das Relações Internacionais, a partir da segunda metade do século XX, tendo como principais desdobramentos intelectuais e políticos o ressurgimento do imperialismo como foco de reflexão sobre a ordem mundial em formação.

Essas transformações ocorridas no âmbito do sistema mundial ocasionaram modificações tanto geopolíticas quanto econômicas. Na cortina de todas essas modificações estão contidas a vitória e a ascensão global do poder americano.

A importância dos Estados Unidos no cenário econômico mundial é evidente. Dos muitos estudos desenvolvidos acerca dessa importância, muitos revelam e intensificam a questão hegemônica estadunidense no aspecto geopolítico atual. A finalidade central deste trabalho é proporcionar um maior aparato de idéias, através das considerações de alguns expoentes das Relações Internacionais, referente à hegemonia e ao declínio norte-americano, buscando destacar os pontos de vista defendidos por cada uma dessas visões distintas.

Os Estados Unidos reuniam características que indicavam previsões de mudanças, e alguns estudiosos já demonstravam certa preocupação em sinalizar quais os rumos que a potência hegemônica iria tomar, por essa razão, já apontavam elementos significativos que indicavam uma possível queda. Quando ocorreu o atentado de 11 de setembro de 2001, os olhares se voltaram para o país sob outra ótica, de forma a aquecer esse debate que vem contestar o poderio norte-americano.

Muitos teóricos passaram a indagar sobre uma possível decadência da hegemonia estadunidense, enquanto outros asseguravam a sua manutenção. Com isso, desenvolveram pesquisas justificando que embora esse episódio tivesse levado a grandes conseqüências e tenha repercutido mundialmente não seria o suficiente para destituir a hegemonia dos Estados Unidos.

Nesse sentido, Fiori (2004) chama a atenção para o fato do surgimento dos Estados Unidos ter acompanhado o modo europeu de estados e economias nacionais, pois a “história dos EUA não constitui uma exceção em relação ao modelo de Estados e economias nacionais européias” e que o surgimento dos Estados Unidos é intrínseco à competição e às guerras entre as grandes potências européias, argumentando ainda que este “é impensável sem a intervenção decisiva do estado e das guerras americanas e sem o apoio inicial e permanente do capital financeiro inglês” (FIORI, 2004, p. 67).

Buscando uma gama maior de idéias, conceitos, teses e estudos sobre o tema, a análise consistirá principalmente na verificação das considerações que permeiam a questão hegemônica, considerando também a possibilidade declinante. Ao longo de três capítulos, a análise terá como ponto de partida o pós-Segunda Guerra fazendo uma breve apreciação do processo de formação do poderio americano. Em segundo lugar, avaliar-se-ão as implicações do atentado terrorista de 11 de setembro de 2001 sofrido pelos Estados Unidos, que pode ser considerado um “divisor de águas” para a proposta desse estudo. Finalmente, tentaremos mostrar as visões distintas da hegemonia e declínio dos Estados Unidos por meio do debate teórico com grandes pensadores das Relações Internacionais.

É importante entender a origem da hegemonia e as teorias que surgiram em decorrência do avanço da potência norte-americana, para isso, faremos uma análise sobre a Teoria da Estabilidade Hegemônica preconizada por Charles Kindleberger (1973) e amplamente discutida por Robert Keohane (1984). Ainda nesta primeira parte faremos uma apreciação à obra de Joseph Nye Jr. (2002) “O paradoxo do poder americano” buscando outras opiniões e constatações a respeito do tema proposto.

Após uma construção histórica que situa o leitor no contexto do assunto apresentado, o capítulo segundo buscará destacar alguns acontecimentos ao longo da história que tiveram expressividade, o que culminou na intensificação do processo de afirmação da hegemonia dos Estados Unidos, discorrendo principalmente sobre fatos significativos que marcaram os anos pós-guerra e coroaram o poderio estadunidense.

Desse modo, o capítulo contemplará uma análise dos principais fatos que permearam a década de 1990, discorrendo sobre conflitos nos quais os Estados Unidos estiveram

envolvidos, dos quais destacaremos a invasão ao Iraque em 1991, nos detendo adiante ao pós 11 de setembro de 2001, momento que para muitos autores significou o veredicto do declínio norte-americano. Após os ataques de 11 de setembro de 2001, muitas mudanças ocorreram no sistema internacional e na agenda global. A Doutrina Bush foi apresentada ao mundo demonstrando todo o unilateralismo de que estavam imbuídos. A “guerra contra o terror” utilizada pelo então presidente Bush Jr. é a expressão que melhor retrata esse momento histórico.

Os acontecimentos de 11 de setembro colocaram em cena uma nova forma de terrorismo que ameaça o poder militar hegemônico e impulsiona para dimensões antes não calculadas, fato este que fomentou o aumento dos custos de proteção. O fato fez emergir novos assuntos na agenda norte-americana que afetaram o Sistema Mundial. Na concepção de Wallerstein (2004), o episódio enfatiza a aproximação de um período de declínio do *hegemon*, um período de caos sistêmico que adverte o sistema internacional sobre uma possível desorganização profunda. Para Hobsbawm (2007), a “superioridade dos Estados Unidos é um fenômeno temporário”, e esse é o momento em que se pode inferir que o “projeto americano está falindo”.<sup>1</sup>

O último capítulo propõe-se um exame das visões antagônicas da hegemonia e do declínio, a fim de proporcionar um melhor entendimento sobre o cenário atual globalizado e detectar as mudanças ocorridas após o 11 de setembro de 2001, à medida que se confronta os argumentos que antecedem e sucedem esse fato. Por fim, atentou-se para o próprio debate, ressaltando as percepções teóricas da hegemonia e do declínio estadunidense.

As posições pró-hegemonia foram representadas por José Luis Fiori e Maria da Conceição Tavares, que defendem a permanência incontestável da liderança estadunidense, em contraponto à posição defendida por David Harvey, Gionvanni Arrighi, Eric Hobsbawm e Immanuel Wallerstein, amparam argumentos sobre a decadência dessa liderança. Esse estudo conclui sustentando que apesar de haver um declínio relativo da posição dos EUA como líderes mundiais, a sua posição de *hegemon* ainda não está em perigo.

---

<sup>1</sup>Entrevista à Folha de S. Paulo, 30 de setembro de 2007.

## **2 A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA**

Para entender a construção do poderio dos Estados Unidos, faz-se necessário traçar um panorama de como se constituiu a hegemonia estadunidense. Para tanto, analisar-se-á esse processo através da observação da conjuntura do pós-Segunda Guerra Mundial, bem como as particularidades da Teoria da Estabilidade Hegemônica. Por fim, destaca-se a concepção de Joseph Nye Jr. sobre o poderio norte-americano, no pós-Guerra Fria.

### **2.1 A INFLUÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

Os Estados Unidos passaram a ocupar uma posição de destaque no cenário mundial desde o final do século XIX. Apresentando um espírito expansionista desde a sua formação, o país foi conquistando continuamente seu espaço, através de alianças e acordos, com isso, ganhando destaque mundial.

A Segunda Guerra Mundial foi um evento que marcou significativamente a humanidade, e conseqüentemente, o fim do segundo maior conflito mundial acarretou várias mudanças no Sistema Internacional. Dada a força devastadora do conflito, o continente europeu viu-se assolado, grandes potências tiveram suas economias arrasadas, a Alemanha e o Japão tiveram perdas humanas e materiais significativas.

Entretanto, em meio a um cenário de destruição, algumas nações vislumbraram uma oportunidade de ganhos econômicos e começaram a obter lucros com a situação. Os canadenses, por exemplo, fabricaram inúmeros aviões e navios e isso lhes rendeu a ampliação de sua indústria pesada. Os Estados Unidos, por sua vez, conseguiram alavancar o seu parque industrial ampliando-o nos anos de guerra.

Nas décadas que sucederam o grande conflito, o mundo vivenciou um período conhecido como Guerra Fria, a bipolaridade estabelecida naquele momento histórico entre Estados Unidos e União Soviética, definiu o antagonismo sobrevivente à guerra. De um lado, a influência do socialismo soviético, e do outro, o capitalismo americano, considerado uma das principais heranças do pós-guerra. A polarização se caracterizava da seguinte forma: a União Soviética possuía um sistema socialista, fundamentado na economia planificada, com um partido único (Partido Comunista), igualdade social e centralismo democrático, enquanto

os Estados Unidos sustentavam a expansão do sistema capitalista, baseado na economia de mercado, sistema democrático e propriedade privada.

Uma nova conjuntura foi se configurando e a supremacia econômica mundial dos EUA foi se fortalecendo e se justificando. David Harvey (2004) ressalta a posição dos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial como a potência mais dominante. Eram líderes de tecnologia e produção. Sua moeda, o dólar, reinava suprema e o poder militar era superior. A União Soviética, até então seu único oponente era bastante inferior nestes setores. Após esse momento, os EUA apresentaram-se, externamente, como os maiores defensores da liberdade e da propriedade privada, buscaram construir uma ordem internacional aberta ao comércio e ao desenvolvimento econômico, com bases capitalistas. Os EUA passaram então a manter relações privilegiadas de “comércio, clientelismo, patronato e coerção encoberta - essas foram, as principais armas de controle mundial” (HARVEY, 2004, p. 52). Para manutenção e suporte dessa posição, foram criados o acordo de Bretton Woods, o Fundo Monetário Internacional (FMI), General Agreement on Tariffs and Trade (GATT), Organization for Economic Cooperation and Development (OCDE), a fim de “coordenar o crescimento e desenvolvimento capitalista a todo resto do mundo não capitalista” (*idem*, p. 52).

A Guerra Fria, que teve a sua trajetória datada entre os anos de 1947 quando lançada a Doutrina Truman<sup>2</sup> a 1989 com a queda do mundo de Berlim, teve grande repercussão. A polarização ideológica estabelecida atraiu todas as atenções mundiais para os Estados Unidos e a União Soviética. O antagonismo acarretou diferenças militares, e essas divergências foram responsáveis por resultar na conhecida “corrida armamentista”, que através do incremento de arsenais de destruição em massa, principalmente bombas atômicas, atraiu olhares de todo mundo, e conseqüentemente, despertou a idéia de que uma nova guerra pudesse ocorrer entre as duas superpotências.

Dada a preocupação com toda a movimentação que vinha ocorrendo no sentido de desenvolvimento militar, e com o intuito de defender os interesses de ambas as partes, viu-se a necessidade da criação de organizações militares, como medida de precaução contra uma possível nova guerra. Assim, os EUA e seus aliados criaram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)<sup>3</sup> em 1949 e a URSS, junto com os países do leste europeu, criou o

---

<sup>2</sup> A expressão **Doutrina Truman** é atribuída a um conjunto de práticas do governo dos Estados Unidos, em escala mundial, no período da Guerra Fria, objetivando conter o avanço do socialismo. Saraiva (2007) acredita que a Doutrina foi a primeira clara formulação política com caráter univesalista dos Estados Unidos em tempos da Guerra Fria (p.200).

<sup>3</sup>Para Saraiva (2007) a criação da Organização do Atlântico Norte (OTAN), em 4 de abril de 1949. Foi a expressão estratégica da febre anticomunista das lideranças daquele país, a OTAN foi proposta por Truman

Pacto de Varsóvia em 1955. Embora nesse período houvesse muita tensão decorrente da corrida armamentista, não houve um embate direto, as organizações foram instituídas com objetivo de fazer frente ao oponente e de se resguardarem de possíveis ameaças.

A bipartição da Alemanha e a construção do muro de Berlim são os maiores símbolos da Guerra Fria, esse fato traduziu claramente a divisão entre o mundo capitalista e o mundo socialista, que configuravam os interesses dos Estados Unidos e da União Soviética, respectivamente. Os EUA seguiram uma política de renúncia do individualismo em relação aos outros atores com a finalidade de manter a ordem mundial hegemônica, cediam a vontades e necessidades pontuais daquele momento histórico.

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) demonstra claramente a influência americana naquele período. Na carta de princípios da organização pode-se constatar sua expressividade, já que a criação da organização se deu não apenas com o intuito de preservar a paz e a segurança do mundo, mas também na intenção de promover a cooperação internacional, a fim de solucionar problemas econômicos, sociais, culturais e humanitários.

Os acontecimentos posteriores à criação da Organização das Nações Unidas demonstraram a capacidade da ONU em desempenhar um papel de mecanismo legitimador de decisões dos Estados Unidos, e local propício para formação de consensos de seus interesses. Muitas vezes, suas ações e decisões pautavam-se na defesa dos interesses universais, entretanto, os resultados comprovavam o interesse do *hegemon* e de seus aliados.

Nesse panorama em que Washington passa a ditar a política no Ocidente e disputa a hegemonia no resto do planeta, a supremacia econômica é obtida através da exportação de capitais, empresas, produtos industriais, agrícolas e tecnologia. As empresas norte-americanas apresentam-se como multinacionais, com filiais distribuídas por todo o mundo. Praticam forte influência sobre as economias nacionais e exercem um papel preponderante nas Relações Internacionais por meio dos fatores econômicos, no tocante às relações de política externa, são responsáveis por influenciarem fortemente os acordos e negociações através de fatores políticos.

Gilpin enfatiza que:

A hegemonia norte-americana tem-se baseado no papel do dólar no sistema monetário internacional e na extensão do seu meio de dissuasão nuclear aos países aliados. Enquanto a União Soviética, situada no coração do continente eurasiático, podia aplicar seu poder militar diretamente na periferia, os Estados Unidos precisavam da moeda estrangeira para financiar sua posição global, posição esta que

---

para agrupar 12 nações ocidentais em torno de um pacto de defesa contra as possíveis agressões militares soviéticas (p.202).

incluía o estacionamento de tropas fora do país, duas guerras importantes na Ásia e outros custos (GILPIN, 2002, p.155 e 156).

As conferências de Bretton Woods em 1944 definiram o Sistema de Bretton Woods de gerenciamento econômico internacional que buscava principalmente definir uma ordem econômica mundial estável. Para Gremaud, Vasconcellos e Toneto Junior (2002) o Sistema de Bretton Woods consagrou um sistema de gestão de taxas de câmbio chamado padrão dólar-ouro, o qual procurava flexibilizar o chamado padrão-ouro, que era a base do sistema monetário internacional anterior à Primeira Guerra Mundial (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2002, p.502).

A potência norte-americana, aproveitando-se do fato de ter acumulado riquezas com o conflito, passou a ditar as regras entre as relações comerciais e financeiras dos países mais industrializados do mundo. As principais medidas tomadas na conferência foram: a criação do padrão monetário dólar-ouro em substituição ao padrão ouro vigente até aquele momento, e a criação de organismos internacionais importantes como Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), também conhecido como Banco Mundial, e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Para Maia (1995) das duas teses que foram apresentadas em Bretton Woods: a de Keynes e a de White, a de Harry White obteve aprovação e propunha além da criação desses organismos e a volta do padrão-ouro, estabelecer o auxílio à reconstrução das economias devastadas pela guerra; paridades monetárias estáveis; e eliminação dos controles cambiais (MAIA, 1995, p.42).

Na opinião de Gilpin:

O padrão-ouro do século XIX e o sistema de Bretton Woods depois da Segunda Guerra Mundial são exemplos notáveis de um regime econômico no qual a potência hegemônica determina e aplica as regras de um regime de mercado liberal, suprimindo as tendências sempre presentes do nacionalismo econômico (GILPIN, 2002, p.95).

Tais medidas tinham como objetivo principal a reconstrução da economia mundial capitalista na opinião de Saraiva (2007), e com a intensificação da Guerra Fria, buscou-se garantir o sucesso da doutrina Truman, assim sendo, criou-se o plano Marshall, apresentado ao mundo em 1947 como um instrumento incentivador da recuperação dos países europeus destruídos pela guerra. O autor deixa claro que:

Os Estados Unidos já haviam demonstrado sua capacidade para impor a força do dólar no conjunto das relações econômicas internacionais e sua determinação para participar dos esforços da reconstrução das estruturas capitalistas da Europa Ocidental (SARAIVA, 2007, p.202).

O plano Colombo, por sua vez, foi elaborado na década de 1950 com o mesmo objetivo da Doutrina, só que direcionado a estimular o desenvolvimento dos países do sul e sudeste asiático. A URSS também viu a necessidade de criar uma organização para instigar o desenvolvimento de seus aliados e criou o Conselho de assistência Econômica Mútua (COMECON). Em 1971, chega ao fim o sistema Bretton Woods.

Gilpin (2002) acredita que um dos principais motivos para a derrocada do sistema, foram as falhas da liderança política norte-americana. O governo não foi firme para conter o governo alemão que se recusou a comprar o dólar, e isso, resultou na desvalorização da moeda, ou seja, uma retirada maciça de capitais, que implicará diretamente no aumento do custo de vida, já que a desvalorização da moeda afetará os preços pressionando a inflação. Outro fator relevante refere-se ao fato de sucessivos governos seguirem políticas expansionistas e inflacionárias que incidiram na desvalorização do dólar e desestabilização do sistema monetário (*idem*, p.171).

A forma como os Estados Unidos se desenvolveram e se expandiram despertou a atenção de muitos estudiosos. Sua posição de destaque no pós-Segunda Guerra foi alvo de estudos e debates, e sua atuação começou a ser estudada no sentido de hegemonia mundial, principalmente na década de 1970 quando surgiu a Teoria da Estabilidade Hegemônica como veremos no próximo tópico.

## **2.2 HEGEMONIA E TEORIA DA ESTABILIDADE HEGEMÔNICA**

O termo hegemonia, no sentido original grego, significa "liderança". Nas Relações Internacionais, o *hegemon* é o "líder" ou a hegemonia, o "Estado líder" de um grupo de Estados. Em essência, o *hegemon* possibilita a manutenção da paz, pois através da sua influência impede a competição militar e proporciona a segurança geral através de sua preponderante liderança, é importante destacar que cabe ao líder reforçar as normas internacionais de conduta. O poder hegemônico serve como base de um sistema de crédito global e regime de livre comércio oferecendo incentivos econômicos para os Estados.

Nas considerações de Coutinho (2003) baseado nos estudos desenvolvidos por Gramsci, a hegemonia é uma forma de liderança exercida por meio de uma combinação de coerção e consentimento. No entanto, ele atribui um peso muito maior à questão do consenso e das idéias como forma de atingir o poder hegemônico, não limitando a ação à simples

coerção, mas fundando-a essencialmente sobre o consenso. Nas relações internacionais, supõe a existência de um ator dotado de maior poder, o qual se torna garantia de ordem, aceita por conveniência pelos demais atores globais. A condição para conquistar a hegemonia é que se abandone a mentalidade corporativista, ou particular individualista, deixando de defender apenas seus interesses imediatos, convertendo-se assim em classe nacional, ou no âmbito internacional, uma liderança multilateral hegemônica. Assim, na trilha da interpretação de Nelson Coutinho, a hegemonia é concebida por Gramsci como uma relação que se constrói com um peso maior atribuído ao consenso e não à coerção (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 2003, p. 230).

Para Robert Cox,

Ao aplicar o conceito de hegemonia à ordem mundial, é importante determinar quando começa e quando termina um período de hegemonia. Um período em que uma hegemonia já foi estabelecida pode ser chamado de hegemônico, e de não-hegemônico, outro período em que prevaleça um domínio de tipo não-hegemônico. (COX, 2007 p.115).

Num contexto em que o mundo enfrentava as primeiras manifestações de uma crise internacional posterior ao fim do sistema de Bretton Woods e pós-guerra do Vietnã em que os EUA saíram derrotados, autores das Relações Internacionais começaram a se preocupar com a possibilidade de uma nova crise, semelhante à crise ocorrida nos anos 1930, quando um dos principais motivos causadores teria sido a ausência de uma liderança mundial. Assim, ouviu-se pela primeira vez o termo Teoria da Estabilidade Hegemônica, largamente derivada da teoria realista, através do livro “*The world in depression*”, de Charles Kindleberger (1973).

A Teoria da Estabilidade Hegemônica busca explicar que a presença de um país hegemônico traz estabilidade para o sistema, bem como, para outros países. Kindleberger (1973) preferia utilizar os termos liderança ou responsabilidade ao invés de hegemonia, e em seus argumentos apresentou uma idéia geral de estabilidade para o sistema internacional através da presença de um país hegemônico, cuja presença dessa liderança global possibilita uma ordem internacional estável, através de regras estabelecidas pelo *hegemon*, que se faz cumprir. O declínio do país hegemônico poderá afetar diretamente o cenário mundial e como consequência disso levar à instabilidade global, no entanto, o autor reconhece que a hegemonia ou liderança não é o suficiente para assegurar a estabilidade do sistema.

Na década de 1970 ocorreram muitas crises que desestabilizaram a economia mundial e segundo Tavares e Melin:

Essas crises foram seguidas de dois movimentos de reafirmação da hegemonia americana no plano geoeconômico (diplomacia do dólar) e no plano geopolítico (diplomacia das armas) que modificaram, profundamente, o funcionamento e a

hierarquia das relações internacionais a partir do começo da década de 80 (TAVARES e MELIN, 1997, p.55).

Segundo os autores:

A concentração de poder político e financeiro existente no mundo contemporâneo não é o resultado espontâneo do aumento da competição e da eficiência dos “mercados globalizados”, mas de uma política deliberada de retomada da hegemonia mundial, a partir da década de setenta, quando a potência norte-americana parecia entrar em decadência. No plano do poder e do dinheiro os EUA comandam hoje um “jogo global”, que tenta sobrepor os conceitos de “Ordem Unipolar” e de “Economia Mundial”, mas cuja convergência está longe de consolidar-se e de ser benéfica e incluyente para a maioria dos países do mundo (TAVARES e MELIN, 1997. p.57).

Para Krasner (1983), segundo a Teoria da Estabilidade Hegemônica, a potência hegemônica desempenha uma variedade de papéis cruciais para o funcionamento da economia mundial. Usa a influência para criar regimes internacionais definidos simplesmente como “princípios, normas, regras e procedimentos decisórios em torno das quais convergem as expectativas dos atores numa área temática” (KRASNER, 1983, p. 185).

A Teoria da Estabilidade Hegemônica se caracteriza pelo destaque que dá aos recursos materiais e assegura que assimetrias de poder ou hegemonia podem dirigir a cooperação internacional. Partindo do pressuposto de que o Sistema Internacional é constituído por Estados soberanos e, portanto se caracteriza como anárquico, é importante observar, que uma forma de se obter certo grau de estabilidade sistêmica seria, a partir do direcionamento dado por um *hegemon*, visto que este poderia, inclusive, impor o cumprimento das regras/normas/princípios por atores relutantes (KEOHANE, 1984, p.32).

### **2.3 O PARADOXO DO PODER AMERICANO: a concepção de mundo de Joseph Nye Jr. no pós-Guerra Fria**

Em sua obra “O Paradoxo do Poder Americano”, Nye Jr. (2002) ressalta que nos últimos anos, muito se tem falado sobre o crescente poderio norte-americano. Mas qual o significado atribuído a poder pelo autor? Para ele, “é a capacidade de obter resultados desejados e, se necessário, mudar o comportamento dos outros para obtê-lo” (NYE JR., 2002, p.30). Os elementos do poder tradicionalmente estão relacionados à posse de recursos econômicos, população, território e força militar. No entanto, a detenção dos elementos de poder, não necessariamente resultará em ganhos na arena internacional (*idem*, p.30).

Nos argumentos de Nye Jr. (2002), a posição de líder mundial só pode ser exercida pela conjugação do poder bruto (*hard power*), refletindo na força militar e econômica, com o chamado poder brando (*soft power*). O poder brando é exercido na arte de fazer os outros países a cooperarem com o país hegemônico por meio do diálogo e da negociação. Parte desse poder brando seria refletido nos valores que esse país representa como a liberdade, o mercado, ideologias, a cultura e etc.

A liderança é claramente exercida através da utilização do poder brando, é fundamental saber empregá-la, pois o exercício da força bruta em larga escala e de forma constante pode causar revolta. É importante considerar que influenciar os demais a fazerem o que se deseja, ao invés de obrigá-los, é mais conveniente e válido. Assim sendo, um Estado pode por meio de ameaças e recompensas entusiasmar outro, entretanto, pode exercer essa mesma influência através do diálogo, da atração e da arte do encantamento.

Pode-se observar que o poder brando pode não estar necessariamente conectado ao poder bruto. Os Estados Unidos possuem um poder brando equiparáveis ao seu poder bruto. À medida que, consideramos a sua indústria cinematográfica, a produção de séries televisivas, os desenhos animados e filmes para crianças, os jornais de televisões mais influentes, a produção intelectual que é disseminada pelas universidades de todo o mundo, o ideal de democracia exportado, entre tantos elementos relevantes da cultura estadunidense, encontramos significância para tamanha capacidade de promover a cooperação baseado em seus interesses, já que são capazes de despertar em outras sociedades inclusive o desejo de imitá-los.

Nas palavras de Nye Jr. “a universalidade da cultura de um país e sua capacidade de estabelecer um conjunto de normas e instituições favoráveis que governem setores da atividade internacional são fontes decisivas de poder. (NYE JR., 2002, p. 39). Para Nye Jr “é plausível argumentar que a desigualdade do poder chega a ser uma fonte de paz e estabilidade” (*idem*, p.45).

Segundo Kindleberger (1973) *apud* Nye (2002) “para que a economia mundial se estabilize é preciso que haja um estabilizador, um estabilizador único” (*idem*, p.45). Com isso, o autor chega à conclusão de que a governança global demanda a liderança de um Estado grande.

Joseph Nye Jr. em sua obra analisa os argumentos de Goldstein, ressaltando aspectos relevantes sobre a sua visão a respeito da hegemonia e conclui que se a hegemonia é a capacidade de ditar ou dominar as regras pelas quais se conduzem as Relações Internacionais, então, não se pode dizer que os Estados Unidos sejam hegemônicos hoje em dia, pois, apesar

da grande força do país, eles não conseguem determinar as regras do comércio internacional ou impedir que a Rússia invada a Chechênia ou mesmo controlar o governo da Venezuela. O autor também observa que se o país for arrogante e mantiver uma política universalista, é possível que os aliados tradicionais não mais aceitem a sua liderança, e isso pode incomodar e atrapalhar a posição do país (NYE JR., 2002, p.46).

Fazendo uma breve análise sobre o equilíbrio de poder e sua relação com a hegemonia, pode-se observar que períodos caracterizados pela unipolaridade são marcados por tentativas de equilíbrio e balanceamento de poder por outros países, visando impedir que o sistema venha a ser hierárquico. Acredita-se ser necessário impedir a ascensão plena de um país para contrabalançar esse poder. Na concepção de Waltz (2002) sobre balança de poder, o sistema tende ao equilíbrio, independente da vontade dos tomadores de decisão e a situação anárquica dos Estados faz com que, recorrentemente, se formem balanças de poder<sup>4</sup>. Nas Relações Internacionais, a liberdade de escolha de determinado Estado é limitada pela ação dos outros.

Para Nye Jr., os Estados Unidos são a maior potência nuclear e militar convencional do mundo, sendo as suas despesas militares superiores à soma dos oito países que os seguem e ainda lideram a “revolução dos assuntos militares” baseado na informática<sup>5</sup>. Em termos econômicos, o país representa pouco mais de um terço da produção mundial, sediando 59 das 100 maiores empresas do mundo<sup>6</sup>. Além desses indicadores pode-se adicionar o poder brando do país. Na visão de Nye Jr. o país não está experimentando um declínio econômico, mas outros países estão crescendo num ritmo maior, como se pode perceber no desenvolvimento dos tigres asiáticos, Japão, Alemanha, e mais recentemente, a China. Embora os EUA estejam projetando uma redução em sua participação econômica nas próximas décadas, ainda assim, continuarão exercendo uma grande liderança mundial (NYE JR., 2002, p.76).

Através do esboço histórico apresentado, é possível constatar que a atuação dos Estados Unidos na supremacia da economia mundial se constituiu, sobretudo, após as duas grandes guerras, tendo seu apogeu no pós-Segunda Guerra Mundial. A partir de 1970, quando houve uma diminuição do poderio mundial norte-americano, muitos autores passaram a estudar e a desenvolver pesquisas referente à questão da sua hegemonia, a fim de identificar

---

<sup>4</sup> Segundo Waltz (2002), de acordo com a teoria [da balança de poder], as balanças de poder tendem a formar-se quer alguns ou todos os Estados conscientemente visem estabelecer e manter uma balança, ou quer alguns ou todos os estados visem o domínio universal (p. 166).

<sup>5</sup> INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (ISS). Strategic Survey 2000-2001. Lista de Estados importantes. Oxford: Oxford University Press, 2000.

<sup>6</sup> The Global Giants, Wall Street Journal, 25 de setembro de 2000.R24; PRESTON, R. Rising and Midnight Suns Shine Brightly. Financial Times Survey, FT500 Annual Review 2000, 4 de maio de 2000. p.3.

quais as mudanças ocorridas no cenário mundial e suas conseqüências futuras para o Sistema Internacional.

### 3 AS ESTRATÉGIAS DOS ESTADOS UNIDOS NOS ANOS 1990

Com o fim da Guerra Fria em 1991, considerando como marco para o seu término a desintegração da URSS, três anos após a queda do muro de Berlim, apressa-se o desenvolvimento de acordos de desarmamento nuclear. O Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON) e o Pacto de Varsóvia foram rescindidos, ao mesmo tempo em que tiveram início gestões para a reestruturação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ainda que, inexistisse uma ameaça efetiva de invasão militar socialista à Europa Ocidental.

Fazendo uma análise breve sobre os fatos que permearam a década de 1990, pode-se perceber que se trata de um momento histórico em que os conflitos internos se multiplicaram. A desintegração de Estados Socialistas como a União Soviética e a Iugoslávia fez emergir rivalidades étnicas e religiosas que estavam inibidas pelos regimes totalitários, e isso resultou na instalação de uma série de conflitos e turbulências durante esse período.

Na concepção de Wallerstein, na década de 1990, os Estados Unidos pareciam estar numa fase extraordinariamente boa em termos econômicos, com elevada produtividade, bolsa de valores em alta, a taxa de desemprego foi reduzida, a baixa na inflação e a liquidação de uma enorme dívida governamental que criaram um excedente extraordinário (WALLERSTEIN, 2004, p.12).

Na visão de Huntington (2000) *apud* Ayerbe (2005, p.7), a inserção internacional dos Estados Unidos após o fim da Guerra Fria, apresenta três etapas relevantes capazes de explicar o cenário mundial, Ayerbe as identifica como: 1ª) um breve momento unipolar, tipificado na ação unilateral na Guerra do Golfo; 2ª) um sistema unimultipolar em andamento, que prepara a transição para a terceira etapa; 3ª) etapa multipolar. É de suma importância enfatizar que o autor compreende no contexto atual a existência de uma contradição entre o sistema unimultipolar e a política externa adotada a partir do governo Clinton (1993-2001), que sustenta características típicas da unipolaridade, com uma postura imperialista que acende o descontentamento dos aliados tradicionais e instiga a solidariedade entre os adversários. Essa política se promulga em ações evidentes expressas:

[...] pressionar outros países a adotar valores e práticas norte-americanas no que diz respeito aos direitos humanos e à democracia; evitar que outros países adquiram capacidade militar que possa constituir um desafio à superioridade de seu arsenal de armas convencionais; impor o cumprimento de suas próprias leis fora de seu território a outras sociedades; atribuir classificações aos países de acordo com seu

grau de aceitação aos padrões norte-americanos no que concerne a direitos humanos, drogas, terrorismo, proliferação de armas nucleares e de mísseis ou, mais recentemente, liberdade de religião; aplicar sanções aos países que não atendam tais padrões; promover os interesses empresariais norte-americanos sob a bandeira do livre comércio e da abertura de mercados; influenciar as políticas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional segundo esses mesmos interesses corporativos; intervir em conflitos locais de pouco interesse direto para o país; impor a outros países a adoção de políticas econômicas e sociais que beneficiarão os interesses econômicos norte-americanos; promover a venda de armas para o exterior ao mesmo tempo procurando evitar vendas de natureza semelhante por parte de outros países (HUNTINGTON, 2000, p.15).

Para Huntington (2000) *apud* Ayerbe (2005), a derrota da União Soviética colocou o Ocidente numa situação de inquestionável supremacia global, dada a inexistência de uma superpotência inimiga do sistema, um oponente capaz de ameaçar a sua condição de *hegemon*. Assim os apoios incondicionais e a noção de "guardião do mundo livre" deixou de ter significado. Os assuntos mundiais passaram a ser analisados por outro prisma. A concorrência por mercados resultou em perdas e danos, ou situações de desequilíbrio político causadoras de conflitos regionais, e eles deixaram de ser vistos com lentes ideológicas. A administração da hegemonia exigiu um atento trabalho de geração de novas alianças e tratamento negociado dos desacordos, buscando amenizar as divergências ou, no melhor dos casos, eliminar o caráter antagônico das contradições, o que tornou impresumível as posturas arrogantes e intervencionistas. Para o autor, após as vitórias da Guerra Fria, não há nada definitivo a ser conquistado (*idem*, p.10).

Eric Hobsbawm em sua obra “A Era dos Extremos” relata as transformações ocorridas na construção de uma Nova Ordem Mundial:

Como iremos compreender o Breve Século XX, ou seja, os anos que vão da eclosão da primeira Guerra Mundial ao colapso da URSS, que, como agora podemos ver retrospectivamente, formam um período histórico coerente já encerrado? Não sabemos o que virá a seguir, nem como será o segundo milênio, embora possamos ter certeza de que ele terá sido moldado pelo Breve Século XX. Contudo, não há como duvidar seriamente de que em fins da década de 1980 e início da década de 1990, uma era se encerrou e outra nova começou. Esta é a informação essencial para os historiadores do século, pois embora eles possam especular sobre o futuro à luz de sua compreensão do passado, seu trabalho não tem nada a ver com palpites em corridas de cavalos (HOBSBAWM, 1995, p.15).

A região do Oriente Médio sempre teve uma importância estratégica indiscutível para os Estados Unidos, detentores de grandes reservas de petróleo, sempre despertaram o interesse de Washington, já que os norte-americanos consomem cerca de 25% do petróleo mundial. No período da Guerra Fria existia uma divisão em áreas de influência. O Irã até 1979, tinha como aliado forte os EUA, enquanto o Iraque era aliado da União Soviética.

Após a Guerra Fria, os EUA aumentaram sua capacidade de intervenção militar nas áreas de conflitos. As tensões mais significativas ocorreram com países do bloco comunista extinto, localizados no Leste europeu, e essas disputas estão diretamente relacionadas à ascensão do nacionalismo.

O fundamentalismo religioso baseado e alicerçado na crença como apoio para a organização da vida social e política, pode criar ramificações distintas aos dogmas da própria religião, o “fanatismo religioso” é um exemplo de extremismo, fruto de uma distorção desses dogmas, e pode se apresentar como grande motivador para ataques terroristas, já que existindo a incapacidade dos governos em solucionar certos problemas sociais, pode desembocar a insurgência de grupos fanáticos, como também alimentar o surgimento de novos. E devido a uma forte rejeição a outros países, esses grupos se pronunciam de forma a retaliar e expressar a suas insatisfações, através de ações ou reações muitas vezes articuladas no formato de ataques terroristas.

Nos anos 1990 emergia uma grande insegurança nas relações internacionais, fruto de grandes transformações que vinham ocorrendo no cenário mundial. Dentre os principais conflitos com grande repercussão na década proveniente dos escombros da Guerra Fria, pode-se destacar a Guerra do Golfo.

O conflito ocorreu em 1991 e suas principais motivações foram apresentadas em sua versão oficial pelos meios de comunicação dando ênfase às palavras do então presidente iraquiano, Saddam Hussein, que alegava que a reação do governo devia-se aos baixos preços utilizados pelo Kuwait na comercialização do petróleo, o que incidia na perda de negócios, e o obrigava a equalizar o preço do seu produto no mercado internacional, ocasionando danos à sua economia.

Com o intuito de reparar os prejuízos, o Iraque reivindicou uma indenização milionária ao governo do Kuwait, e reclamou a devolução de um território do atual Kuwait, que alegavam pertencer ao Iraque no passado. Como o Kuwait não realizou o pagamento da indenização pretendida e também não cedeu às pressões para entregar o seu território, o governo iraquiano invadiu o país com suas tropas militares e tomou posse dos poços de petróleo. Tal atitude feriu os interesses estadunidenses.

A Organização das Nações Unidas (ONU) se opôs indubitavelmente à invasão e como expressão da sua oposição, foi votada e aprovada a resolução 678, a qual exigia a retirada imediata das tropas iraquianas do Kuwait. Caso o Iraque não retirasse as tropas ficava autorizado o uso da força, a fim de restabelecer a paz e a segurança internacional.

Tendo em vista a não aceitação das solicitações feitas pela ONU, foi autorizada uma invasão militar ao Iraque por uma gama de países (Inglaterra, França, Egito, Síria, Arábia Saudita), sob o comando dos Estados Unidos. O ataque teve início em janeiro de 1991 e durou cerca de um mês e meio. As conseqüências da guerra foram a derrota do Iraque e a desocupação do Kuwait em fevereiro de 1991 e mais tarde o embargo econômico imposto pelos EUA através da ONU.

De acordo com Chomsky:

Hussein foi transformado em demônio conforme a um maior aparato de idéias praxe: quando finalmente se entendeu, fora de qualquer dúvida, que seu nacionalismo independente ameaçava os interesses norte-americanos. Nesse momento, seu histórico de horrendas atrocidades ficou disponível para as necessidades propagandísticas, mas, afora isso, não teve essencialmente nada a ver com sua transição repentina, em agosto de 1990, da condição de amigo querido para a de reencarnação de Gêngis Khan e Hitler (...) (CHOMSKY, 2003, p. 266-267).

Os meios de comunicação e a mídia em geral, embora noticiando a Guerra do Golfo, não divulgaram os acontecimentos e as conseqüências da guerra com o intuito principal de ressaltar a sua importância histórica, mas a fim de mostrar um espetáculo desenvolvido com as armas que foram utilizadas nos bombardeios, enfatizando principalmente a alta tecnologia e o grande poder de destruição em massa utilizados, a real dimensão do conflito não obteve grande atenção. Pôde-se contemplar apenas de forma superficial as informações fornecidas no período da guerra.

Noam Chomsky atesta ainda que:

A ocupação militar do Kuwait – que, se mantida com êxito, faria do ditador iraquiano um grande ator no cenário mundial – não produziu o ameaçado conflito entre superpotências e da guerra nuclear, como tinham feito os conflitos anteriores na região. Esse fato nada insignificante reflete, é claro, o colapso do sistema soviético, que deixou os Estados Unidos sem desafiantes em termos de poderio militar, e com a acentuada tentação de demonstrar a eficácia do instrumento que só esse país pode brandir. Essa concepção estratégica nada tem de incontestável, nem mesmo nos círculos da elite, onde em poucos meses começou a emergir um conflito, dentro dos moldes familiares. A estratégia global de controle mundial pela ameaça ou uso da força entra em choque com os objetivos de manter a saúde econômica e os interesses comerciais internacionais – problemas muito sérios, a esta altura, e difíceis de abordar sem mudanças significativas na política social interna. A forma da Nova Ordem Mundial dependerá, em grau nada desprezível, de qual dessas concepções irá prevalecer (CHOMSKY, 2003, p. 267).

Com a invasão ao Iraque, tornam-se mais nítidas as controvérsias, teóricos e críticos passam a expressar as suas opiniões de forma deliberada. É importante atentar para as visões que se empregavam nesse momento, quando uns viam na intervenção uma excitação contraproducente do poderio militar, enquanto outros enxergavam mais um indício da crise da hegemonia. Outros acreditam que os Estados Unidos exercem um papel de nação necessária,

indispensável e única capaz de adotar medidas extraordinárias dependendo do caráter dos desafios.

O arsenal militar dos EUA foi utilizado de forma expressiva na invasão ao Iraque, nas palavras de Wallerstein:

Nosso equipamento militar, assim expandido, teve seu primeiro uso importante na invasão do Iraque. Acredito que esta invasão, longe de validar e aumentar o poderio americano dos Estados Unidos irá miná-lo severamente a curto, médio e longo prazo (WALLERSTEIN, 2004, p.15).

### **3.1 O 11 DE SETEMBRO DE 2001: o divisor de águas**

Num cenário aparentemente calmo, atingida a plena maturação do seu poderio, os EUA passam a ocupar uma posição de destaque entre as potências mundiais, consideram-se intocáveis e possuem um poder somente equiparável ao da Roma Imperial. Uma nação que até então parecia invulnerável foi vítima do atentado terrorista que chocou o mundo e colocou em pauta novas questões a serem priorizadas na agenda internacional. O 11 de setembro de 2001 apresenta-nos uma expressividade capaz de mudar a conjuntura do sistema internacional e aquecer o debate no que concerne à posição ocupada pelos Estados Unidos.

O terrorismo já representava uma espécie de ameaça para vários países ao redor do mundo, porém não tanto para os EUA. No caso dos EUA, indícios foram apontados mesmo antes de 11 de setembro de 2001, mas somente após os ataques, os Estados Unidos demonstraram uma maior preocupação em serem vítimas do terrorismo e iniciaram uma campanha chamada “guerra contra o terror”, que acentuava a sua doutrina de segurança. A postura do Governo Bush (2001-2004) após os ataques anuncia uma racionalidade estratégica que tem como prioridade a segurança do país, a defesa dos interesses nacionais e manutenção do seu poderio.

Os atentados de 11 de setembro ocorrem no momento em que os EUA, haviam superado os obstáculos da Guerra Fria e somavam o crescimento econômico acumulado ao longo dos últimos 10 anos, um período também conhecido como “boom econômico”. Para Nye Jr. “o ataque terrorista foi um sintoma terrível das mudanças profundas que vêm se operando no mundo” (NYE JR., 2002, p.12).

Desde os ataques, os responsáveis políticos norte-americanos consideram que o seu país está em guerra, e esta percepção, por um lado, afastou os Estados Unidos dos seus aliados europeus, mas em contrapartida aproximou Washington de outros países que compartilham desse sentimento de guerra contra o terrorismo, como Israel, a Rússia e a Índia, entre outros.

A “Doutrina Bush” utiliza o unilateralismo, porém não se podemos dizer que seja somente uma forma de revidar aos ataques de 11 de setembro, mas sim uma característica própria do seu Governo, característica essa que se acentua após os ataques através dessa nova doutrina de segurança. Sua gestão desde o princípio buscou redefinir o país demonstrando as diferenças em relação ao Governo anterior e juntamente com a sua gestão pretendeu-se criar as suas próprias marcas.

Na concepção de Immanuel Wallerstein, a forma como a administração Bush lida com o sentimento antiamericano no mundo são originais. Suas políticas aumentam esse sentimento e o estendem a todos os grupos que até aqui lhe resistiram, amigos e aliados dos Estados Unidos, a quem logo mais podem ser denominados ex-amigos e ex-inimigos. Para a administração Bush, consultar é anunciar, enquanto as grandes potências raramente consultam de fato. Na frente econômica, Bush e seus conselheiros preferem demonstrar um otimismo cego e uma inação governamental, deixando claro o argumento de que qualquer excesso econômico foi culpa de Clinton (WALLERSTEIN, 2004, p.15-16).

Nas palavras de Joseph Nye Jr.:

Os terroristas que nos atacaram no dia 11 de setembro não são os únicos que se dedicam a solapar o poder do nosso país; a diferença, nas palavras do rei Abdallah<sup>7</sup>, da Jordânia, é que “eles querem destruir a própria estrutura dos Estados Unidos. Querem destruir o que a nação representa”. Mesmo que tivéssemos uma política externa mais fraca, esses grupos não deixariam de se ressentir do poder da economia americana, que continuaria indo muito além das nossas fronteiras (NYE JR., 2002, p. 13-14).

É importante destacar que a escolha pelo unilateralismo, apresentado como instrumento forçoso ao combate às novas formas de terrorismo, recebe críticas de funcionários da gestão anterior, que se colocam a favor de um posicionamento multilateral das relações internacionais. De acordo com Joseph Nye Jr. (2002), o unilateralismo estaria prejudicando o alicerce do poder brando (*soft power*) do país, pautado pela atração desempenhada através dos seus valores, instituições e ideologia, levando a uma excitação pouco inteligente do poder duro (*hard power*), pertinente à capacidade de levar a determinadas condutas.

---

<sup>7</sup>ABDALLAH, rei, apud FRIEDMAN, T. The Big Terrible. New York Times. 18 de setembro de 2001. p. 31.

David Harvey (2004) estabeleceu duas questões importantes sobre as motivações do intervencionismo de Bush:

Que melhor forma de os Estados Unidos evitarem essa competição e garantirem sua posição hegemônica do que controlar o preço, as condições e a distribuição do recurso econômico decisivo de que dependem esses competidores? E que modo melhor de fazê-lo do que usar a linha de força em que os Estados Unidos ainda permanecem todo-poderosos – o poder militar? (HARVEY, 2004, p.30).

Nye Jr. em “O paradoxo do poder americano” chama a nossa atenção para pontos que mesmo antes de setembro de 2001, já colocavam a posição de potência hegemônica em contestação por muitos – “tanto liberais quanto conservadores – que, considerando-se realistas, entendiam quase como uma lei natural da política internacional que, quando uma nação se torna excessivamente poderosa, as demais se unem a fim de contrabalançar o poder” (NYE JR., 2002, p. 27).

É interessante destacar que a grande estratégia dos EUA no final do século XIX e ao longo do século XX, é demonstrada através das faces adotadas pelo país em busca de manter-se no poder e atender interesses específicos de cada momento. Do final do século XIX até a I Guerra Mundial a grande estratégia norte-americana foi demonstrada através da Doutrina Moroe, no pós Segunda-Guerra ele utiliza a estratégia de contenção.

Com uma adequada localização geográfica, desenvolvimento militar e econômico satisfatórios, uma política que determinava os projetos traçados, o país começa a trilhar o caminho à procura de expandir suas conquistas no cenário global e se tornar uma potência hegemônica mundial. Essas características podem ser observadas de formas pontuais, através da observação da sua capacidade “expansionista” demonstradas claramente por meio das alianças e tratados internacionais contraídos com outros países, como também, evidenciando o “isolacionismo” norte-americano, traduzidos na expressão “América para os americanos”, que se fez necessário em alguns momentos para conservar o seu *status quo*, preservar a sua segurança e manter a sua soberania.

Pode-se aproximar esse comportamento ao que nas palavras de Gilpin demonstra a influência de uma potência:

No entanto, em um mundo dividido em Estados competitivos, as finanças internacionais geram também conseqüências políticas significativas. Criam relações de dependência e constituem uma fonte importante de poder nacional. Tanto o investimento estrangeiro como a assistência oficial implicam uma penetração em outras economias e, em muitos casos, levam a influência persistente sobre as atividades internas do país beneficiado. Embora as relações comerciais e monetárias possam também influenciar a economia, o investimento externo, a assistência e os empréstimos internacionais tendem a criar um relacionamento de dependência, entre

superior e subordinado, o que provoca acusações de imperialismo (GILPIN, 2002, p. 336).

Numa época em que predomina a existência e detenção de armas nucleares, não é possível imaginar a insurgência de novas superpotências como resultado da ruína militar das antigas. A experiência da União Soviética pode servir como parâmetro. A implosão pode resultar da incapacidade do sistema de responder às forças de pressão originárias de um cenário internacional cuja dinâmica se torna incompatível com a manutenção da ordem vigente. Nye Jr. acredita que o “isolacionismo” não eliminará a vulnerabilidade norte-americana (NYE JR., 2002, p.12).

O lançamento do projeto de construção do império norte-americano lançado em outubro de 2001 pelo Governo Bush é uma visível manifestação do unilateralismo dos EUA, que pode ser identificado no bombardeio ao Afeganistão baseado em argumentos “tendenciosos” para muitos críticos de que os terroristas da Al-Qaeda e do Afeganistão (país em que eles residiam), dirigidos por Osama Bin Laden foram os responsáveis pelos ataques de 11 de setembro. Naquele momento o Afeganistão buscou uma negociação e ofereceu Bin Laden aos EUA, caso apresentassem provas, mas essa sugestão foi categoricamente rejeitada.

Para alguns teóricos, os ataques podem ser considerados o primeiro indicador da aproximação de um período de caos sistêmico a advertir o sistema mundial sobre uma possível desorganização profunda. Esse fato aqueceu os debates e intensificou a análise da questão hegemônica dos EUA com maior minúcia.

Buscando apresentar mais elementos acerca dos muitos aspectos referentes à hegemonia dos Estados Unidos, é importante destacar os dados<sup>8</sup> do Produto interno bruto (PIB) nominal dos Estados Unidos nos últimos anos. Utilizando como base as informações apresentadas pelo FMI e Banco Mundial referentes aos anos de 2009-2010, onde todos os valores apresentados estão em dólar americano, pode-se entender melhor a situação atual global dos Estados Unidos.

As tabelas abaixo contemplam apenas as cinco primeiras posições, já que essas informações são suficientes para inteirarmo-nos sobre o PIB desses países que compõem o topo da lista, e proporcionar uma idéia geral dos países detentores dos maiores PIB's mundiais. Os dados foram levantados da seguinte forma: a tabela 1 faz referência ao ano de 2009 com informações oferecidas pelo Banco Mundial e a tabela 2 apresentada pelo FMI com base no ano de 2010.

---

Tabela 1: Lista de 2009 do Banco Mundial <sup>9</sup>

<b>Lugar</b>	<b>País</b>	<b>PIB (milhões de USD)</b>
—	<b>Mundo</b>	<b>58,133,309</b>
1	Estados Unidos	14,119,000
—	União Européia	12,455,979
2	Japão	5,068,996
3	China	4,985,461
4	Alemanha	3,330,032
5	França	2,649,390

Tabela 2: Lista de 2010 do Fundo Monetário <sup>10</sup>

<b>Lugar</b>	<b>País</b>	<b>PIB (milhões de USD)</b>
—	<b>Mundo</b>	<b>62 909 274</b>
—	União Européia	16 282 230
1	Estados Unidos	14 657 800
2	China	5 878 257
3	Japão	5 458 872
4	Alemanha	3 315 643
5	França	2 582 527

Conforme os dados aqui apresentados, podemos perceber que tanto em 2009, quanto em 2010 os Estados Unidos ocupam o topo da lista. Em 2009 ocupa o primeiro lugar, seguido do Japão, China, Alemanha e França respectivamente. Já em 2010 a posição do Japão e China se inverteu, com ascensão dos chineses.

Militarmente, os Estados Unidos ainda sustentam uma posição que lhes confere significância no cenário mundial. De acordo com o relatório divulgado no dia 16 de abril de 2011 pela SIPRI, uma “Usina de Idéias” [*think tank*] com sede na Suécia, revela que os gastos militares dos Estados Unidos quase dobraram desde 2001. Se observarmos a porcentagem do

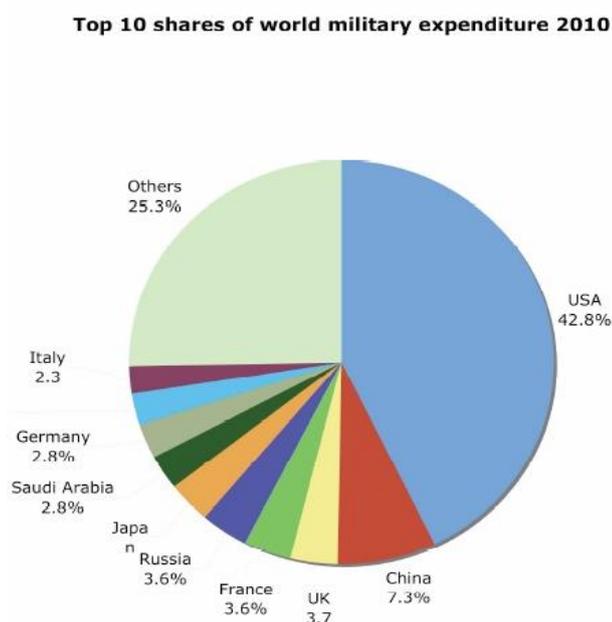
9 1. Fundo Monetário Internacional, World Economic Outlook Database, Abril de 2011: Nominal GDP list of countries. Dados para o ano de 2010.

10 2. Gross domestic product (2009). The World Bank: World Development Indicators database. World Bank (27 September 2010). Página visitada em 2011-05-01

PIB, perceberemos que os gastos militares subiram de 3.1% em 2001 para 4.8% no ano de 2010.

Quanto à distribuição de gastos militares mundiais no ano de 2010, analisaremos o seguinte gráfico:

Gráfico 1: Distribuição percentual de gasto militar no mundo em 2010.



Fonte: Global Research - <http://www.sipri.org/research/armaments/milex/factsheet2010>

Observando o Gráfico 1, entendemos que os gastos militares dos Estados Unidos em 2010 superam de longe os gastos de qualquer outro país. Eles gastaram seis vezes mais que a China, o segundo maior país que investe em militarismo. O balanço geral sugere um gasto total de \$1.6 trilhões em militarismo no mundo, tendo os Estados Unidos contabilizado 42,8% do total.

Conforme os dados apresentados, podemos perceber que tanto em 2009, quanto em 2010 os Estados Unidos ocupam o topo da lista. Em 2009 ocupa o primeiro lugar, seguido do Japão, China, Alemanha e França respectivamente. Já em 2010 a posição do Japão e China se inverteu, com ascensão dos chineses.

## 4 HEGEMONIA OU DECLÍNIO?

Apresentar as considerações que permeiam as teses da hegemonia e do declínio é o propósito central deste capítulo, a fim de conflitar as idéias de grandes teóricos das relações internacionais, o debate consistirá na análise das bibliografias de alguns estudiosos através de concepções que corroboram essas teses distintas, com o intuito de enfatizar as visões de José Luis Fiori e de Immanuel Wallerstein, respectivamente.

### 4.1 VISÕES SOBRE A HEGEMONIA

No ponto de vista de Fiori, somente os Estados Unidos e a Inglaterra foram capazes de infligir seu poder e ampliar as fronteiras das suas economias nacionais ao ponto de chegarem próximos a constituírem um império mundial. Para esse autor, esse processo deu um passo enorme depois da generalização do padrão-ouro e da desregulamentação financeira promovida pela Inglaterra na década de 1870. E deu outro passo gigantesco depois da generalização do padrão “dólar flexível” da desregulamentação financeira promovida pelos Estados Unidos a partir da década de 1970 (FIORI, 2005).

Nesse sentido, o autor acredita que:

Desde o início do “sistema mundial moderno”, o expansionismo dos seus Estados líderes teve um papel decisivo no desenvolvimento das suas economias nacionais, e vice-versa. O impulso conquistador desses Estados impediu que seus mercados locais se fechassem sobre si mesmos e alargou suas fronteiras, com a inclusão de outras economias no seu “território econômico supranacional”, ao mesmo tempo que foi criando as oportunidades monopólicas para a realização dos “lucros extraordinários” que movem o capitalismo (FIORI, 2008, p.32).

Na visão do autor, o período pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado por uma “hegemonia capitalista benevolente” com duração até 1973, quando uma nova conjuntura não-hegemônica ganha espaço (FIORI, 1997, p.107 e 108). Para ele “os impérios não têm interesse em operar dentro de um sistema internacional; eles aspiram a ser o próprio sistema internacional”. Fiori admite que os EUA passam por um período conturbado e que enfrentarão muitas e crescentes dificuldades nos próximos anos para manter o controle global político e

econômico, contudo “não há sinais econômicos ou militares que estas dificuldades sejam parte de uma crise terminal” (FIORI, 2008, p. 95).

Para Fiori, o fim da URSS e da bipolaridade da Guerra Fria significou que se desfizessem “os últimos medos que ainda intimidavam o capital e poderiam justificar a reconstrução benevolente da hegemonia capitalista dos Estados Unidos”. A partir desse momento, os Estados Unidos apresentam novas estratégias de execução do seu poderio mundial, através de uma visão unipolar de mundo, o que possibilitava a propensão de utilizar um poder do tipo imperial em detrimento do poder hegemônico (FIORI, 1997, p. 124).

Além disso, Fiori afirma que logo após a dissolução da União Soviética, os Estados Unidos e a União Européia definiram como problema prioritário da sua agenda geopolítica a “administração” da desmontagem do “império russo”, por causa de suas conseqüências econômicas, e pelo velho desafio geopolítico da Europa Central. Com isso,

Para os Estados Unidos, o objetivo fundamental era impedir o surgimento de uma “terra de ninguém” no Leste Europeu, e por isto eles apressaram a expansão das fronteiras da OTAN – contra o voto dos europeus – e aceleraram, por conta própria, a ocupação das posições militares abandonadas pelas tropas soviéticas na Europa Central (FIORI, 2008, p.47).

Ainda nessa concepção, o autor destaca em “O mito do colapso do poder americano” que a primeira vez que se profetizou o fim da hegemonia mundial dos EUA foi na década de 1970, quando ocorreu a derrota norte-americana na Guerra do Vietnã, o fim do padrão dólar e o primeiro “choque” do petróleo, que finalizaram a “era de ouro” do capitalismo, no pós-Segunda Guerra Mundial (FIORI, 2008, p.12).

Entretanto, o fim desse regime monetário não desencadeou no sistema uma crise terminal, mas reascendeu o imperialismo dos Estados Unidos, ao passo, que aumentaram os acúmulos de ganhos de poder por meio do novo sistema monetário do “dólar flexível”. Fiori acredita que essas crises e guerras não representam um sintoma do fim do poder americano. Pelo contrário, fazem parte de uma transformação de longo prazo, que está acrescentando a “pressão competitiva” no interior do sistema mundial atentando para uma nova “corrida imperialista” entre as grandes potências, com a participação decisiva dos Estados Unidos, da China e da própria Rússia. Todos os sinais apontados como indicadores do seu declínio, demonstraram o contrário (FIORI 2008, p.8 e 17).

O autor define a posição ocupada pelos Estados Unidos como uma conquista, uma vitória do Estado mais poderoso num determinado momento, em que adquiriu o caráter de hegemonia. Nesse sentido é importante destacar que ao mesmo tempo, é um "ponto" na curva ascendente desse Estado em direção ao império mundial. É um peculiar ponto de passagem,

um período de negociação ou um movimento tático imposto pela estratégia de ascensão dos candidatos ao império global. Mas foi quando ocuparam essa posição transitória que os países hegemônicos puderam exercer as funções de um governo global, mais ou menos favoráveis ao desenvolvimento econômico e político dos demais membros do sistema (FIORI 2005).

Para Fiori, neste início do século XXI, não existem indícios concretos e convincentes de um colapso do poderio americano. Embora a crise hipotecária e financeira dos Estados Unidos de 2007-2008 tenha se expandido e alcançado níveis globais de uma crise financeira, não chegaram a atingir a centralidade do dólar, dos títulos da dívida e da economia americana (FIORI, 2008, p.18). Para Fiori, desordem, crise e guerra não anunciam necessariamente o “fim” ou “colapso” dos Estados Unidos e das economias envolvidas.

Com o intuito de trazer mais uma visão sobre a hegemonia dos Estados Unidos, serão expostos as considerações de Maria da Conceição Tavares acerca do tema. A autora corrobora a percepção de José Luiz Fiori no que se refere à ruptura do padrão dólar fixo, à derrota do Vietnã e às crises do petróleo, enquanto mecanismos que sacudiram os pilares do poder americano, mas não os abateram.

Tavares (2004) afirma ainda que possibilidade única que obtiveram os EUA e a Inglaterra de amparar o centro político do sistema capitalista mundial e ainda expandir o seu capital sem limitadores territoriais estendendo-se a todos os continentes. Para a autora, ambos tiveram como ponto de partida economias e Estados Nacionais poderosos, que não apenas abateram os seus adversários, mas sustentaram a hegemonia global antes inexistente quando lograram do poder político-militar e o poder do capital financeiro.

Para a autora, os limites do desenvolvimento imperialista e da centralização do poder são sempre “externos” já que nenhuma potência capitalista foi arrasada ou freada, sem que as demais detivessem a posse de armas ou sem que houvesse alianças obtidas com outras potências rivais. É importante salientar que a concorrência imperialista não acontece da mesma forma que a concorrência capitalista, por isso a acumulação de poder das grandes potências pode ganhar um caráter compulsivo (TAVARES, 2004).

Com a reafirmação da hegemonia dos Estados Unidos e o aumento incalculável do seu poder global, a idéia de “Ordem Internacional” torna-se conflitante, por sua intrínseca instabilidade estrutural. Segundo Tavares (2004), a nova dinâmica não abriga um padrão firme, nem combina espacialmente com a ampliação do poder militar. Esta é baseada noutra lógica que não admite qualquer movimento de “equilíbrio” ou coordenação dos outros poderes nacionais.

Na concepção de Tavares (2004) o reconhecimento da posição de destaque ocupada pelos EUA, os faz deterem a última palavra sobre o uso das armas e do dinheiro, e para ela, são as variáveis centrais de exercício do poder no plano internacional. De modo geral, muitos críticos compartilham dessa opinião, o que não se restringe a uma pequena parcela de autores inconformistas.

Na visão de Tavares não se pode vislumbrar “o fim do império americano”, em razão de descompassos pontuais ao redor do mundo, e isso não significa o surgimento de um novo *hegemon*. Para ela, em razão da reconstrução e aceleração do crescimento do poder econômico e político dos demais, não significa um eminente fim da hegemonia dos EUA. Pode-se inferir que a hierarquia norte-americana sofreu alterações em termos militares, no que tange ao seu poder em promover guerras e fazer manobras, como também a sua capacidade de promover políticas financeiras autônomas sofreram limitações, marcas essas que são características de períodos em que se intensificaram a globalização financeira e a centralização de poder político.

Considerando os pontos de vista aqui expostos, a fim de proporcionar um maior embasamento sobre o tema tratado, alguns aspectos relevantes serão considerados acerca do posicionamento pró-hegemonia, podemos identificar que os Estados Unidos tecnologicamente são detentores de uma boa parcela das atividades de pesquisa desenvolvidas e em desenvolvimento ao redor do mundo, o que lhes confere uma enorme vantagem frente a outros países, fato esse que atribui às outras nações uma dependência em relação aos norte-americanos no tocante à inovação tecnológica. Para Harvey, no que diz respeito à questão tecnológica “a força relativa das economias asiáticas não depende de sua capacidade de inovar [...] essas economias se especializaram em pegar inovações norte-americanas e usar seus recursos organizacionais e força de trabalho para empregar os novos sistemas na produção a um custo bem menor e um nível de eficiência bem mais elevado” (HARVEY, 2004, p. 178).

De acordo com Nye Jr. (2002), os norte-americanos são destaque no comércio eletrônico, já que, esse comércio é o triplo do europeu, os Estados Unidos são sede de sete dos 10 maiores vendedores de *software*. Quarenta e duas das 75 maiores marcas são americanas, assim como nove das dez maiores escolas de administração de empresas.<sup>11</sup> Fazendo referência a revista *The Economist*, Nye Jr. (2002), “os Estados Unidos assomam como um colosso no mundo. Dominam a indústria, o comércio e as comunicações; sua economia é a mais bem-

---

<sup>11</sup> COX, J. US Success Draws Envy, Protests. *USA Today*, 3 de agosto de 2000.

sucedida do planeta, seu poderio militar não conhece rival”<sup>12</sup> (The Economist *apud* NYE JR., 2002, p. 25).

## 4.2 VISÕES SOBRE O DECLÍNIO

Do mesmo modo que apresentamos as concepções sobre a hegemonia, faremos uma explanação sobre as visões do declínio, com ênfase sobre as idéias defendidas por Immanuel Wallerstein (2004) que foi um dos primeiros autores a falar sobre o fim da hegemonia norte-americana.

Um fato que para muitos estudiosos aponta como mais um sinal da crise hegemônica norte-americana, que se opõe as visões de Fiori, Medeiros e Serrano, são expressos no atentado terrorista de 2001:

Depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, que este projeto imperial adotou uma postura bélica mais explícita. Do nosso ponto de vista, o insucesso quase imediato do novo militarismo, no Iraque e na “guerra global” ao terrorismo, e a dificuldade crescente para manter o controle militar do Afeganistão não são o “sintoma terminal” do fim do poder e da hegemonia mundial dos Estados Unidos, mas sinalizam a existência de limites e de contradições numa estratégia que vai provocando resistências na medida que avança e expande seus instrumentos e espaços de poder (FIORI, MEDEIROS; SERRANO, 2008, p.39).

Wallerstein acredita que a hegemonia americana está em declínio, que o poder americano não é mais “respeitado” e “seguido” pelo mundo. Para o autor:

O que está causando o declínio nas perspectivas econômicas americanas é o fato de a prosperidade da década de 1990 (mais concretamente, do final dessa década) ser em muitos aspectos apenas uma bolha artificial, como todas as revelações de cobiça empresarial deixaram bem claro (WALLERSTEIN, 2004, p. 12).

Nesse sentido, cabe destacar que, para o autor, a causa do declínio é mais profunda. Ele acredita que o 11 de setembro não foi a causa primária das subseqüentes dificuldades econômicas enfrentadas pelos Estados Unidos, embora esse acontecimento as tenha exacerbado, e embora tenha sido um momento dramático e chocante, não pode ser considerado determinante. Segundo ele, a economia-mundo está relativamente estagnada desde a década de 1970. Para ele,

Na década de 1970 a Europa estava relativamente bem. Na década de 1980 foi a vez do Japão. Na de 1990, dos Estados Unidos. Mas a economia-mundo como um todo não esteve bem em nenhum desses períodos. E o sofrimento econômico em todo o

<sup>12</sup> America’s World, *the Economist*, 23 de outubro de 1999, p.15.

mundo tem sido enorme. Estamos agora na fase final desta longa espiral descendente; as falências tendem a predominar antes de a economia-mundo poder recuperar-se. (WALLERSTEIN, 2004, p. 13).

Não obstante, Wallerstein (2004) afirma que “essa crença de que o período do final da hegemonia dos Estados Unidos já começou, não decorre da vulnerabilidade que se tornou evidente no dia 11 de setembro de 2001” (*idem*, p. 21). Ele acredita que os EUA têm se enfraquecido enquanto potência global desde a década de 1970, e os ataques serviram como um instrumento para acelerar esse declínio.

Igualmente, o autor infere ainda que os mesmos fatores econômicos, políticos e militares que contribuíram para a hegemonia dos Estados Unidos são os mesmos que levaram ao iminente declínio. Segundo Wallerstein:

O sucesso dos Estados Unidos como potência hegemônica no período do pós-guerra criou condições para que em sua própria hegemonia fosse minada. Este processo pode ser capturado em quatro símbolos: a guerra do Vietnã, as revoluções de 1968, a queda do muro de Berlim em 1989 e os ataques terroristas de setembro de 2001. Cada símbolo acresce ao anterior, culminando na situação em que os Estados Unidos se encontram hoje: uma superpotência solitária à qual falta um verdadeiro poder, um líder mundial que ninguém segue e poucos respeitam, e uma nação perigosamente à deriva, imersa em um caos global que não pode controlar (WALLERSTEIN, 2004, p. 25).

Na percepção de Wallerstein (2004 p. 59), por volta de 1970 à economia-mundo encontrava-se estagnada, assistia-se a uma escalada infundável da atividade especulativa, houve grandes deslocamentos da produção para outras partes do sistema-mundo. Também foi possível observar um acréscimo no desemprego de modo geral, na maior parte dos países do Sul, como também nos países do Norte.

Outro ponto fulcral na análise do autor que demonstra o agravamento da situação norte-americana nesse período somada aos acontecimentos anteriores foi o fim da URSS, pois embora na sua visão, os EUA não tenham sido os responsáveis pela queda da União Soviética, essa desintegração se deu devido a desilusões populares, liberalização interna, entre outras problemáticas. Para ele, a crise do comunismo resultou em vários problemas para os Estados Unidos. Com isso,

Os Estados Unidos ficaram aturdidos e perplexos com o súbito colapso, incertos sobre como lidar com as conseqüências. O colapso do comunismo significava, com efeito, o colapso do liberalismo, ao eliminar a única justificação ideológica para a hegemonia dos Estados Unidos, uma justificação tacitamente sustentada pelo ostensivo opositor ideológico do liberalismo (WALLERSTEIN, 2004, p. 29).

De acordo com Wallerstein (2004), a hegemonia norte-americana ainda não chegou ao fim, mas segue em declínio e o grande questionamento é de como será essa queda: a verdadeira questão não é se a hegemonia dos Estados Unidos está em declínio como força nas

questões decisivas mundiais, mas sim se os Estados Unidos conseguirão encontrar uma forma de cair graciosamente, com danos mínimos para o mundo e para si próprios (*idem*, p. 36).

Nas palavras de Wallerstein, poucas pessoas acreditariam nessa afirmação de que os Estados Unidos estão em declínio. Os únicos que acreditam são os falcões dos Estados Unidos, aqueles que defendem clamorosamente políticas para inverter o declínio. Os falcões pensam agora que conseguiram fazê-lo. Estão inchados com autoconfiança (WALLERSTEIN, 2004, p. 310).

Segundo o autor, a estratégia norte-americana em termos militares está expressa:

Os falcões querem moldar o orçamento dos Estados Unidos de modo a não deixar espaço para outra coisa senão despesas militares. Agirão em todas as frentes para cortar outras despesas – reduzindo os impostos federais e privatizando o máximo que puderem da Seguridade Social e da assistência médica (WALLERSTEIN, 2004, p. 311).

Para o autor, na história do mundo, o poder militar nunca foi suficiente para manter a supremacia. A legitimidade é crucial, contando que seja uma legitimidade reconhecida por uma parcela significativa do mundo. A guerra preventiva fez com que os falcões norte-americanos minassem de forma fundamental a reivindicação dos Estados Unidos à legitimidade. E assim enfraqueceram irremediavelmente os Estados Unidos na arena geopolítica.

Na busca de trazer um maior aparato acerca do assunto, serão expostos os conceitos de Harvey, Arrighi e Hobsbawm acerca do tema do declínio. Harvey também concorda que a hegemonia e o domínio dos EUA estão mais uma vez sob ameaça, e desta vez o risco parece maior. Suas raízes estão no emprego desequilibrado do capital financeiro como meio de afirmar a hegemonia “o que parece ter sido uma manobra autodestrutiva” dentro de sua lógica territorial do poder (HARVEY, 2004, p. 65).

Harvey (2004) adverte ainda que embora o poderio norte-americano esteja ameaçado, consegue ser expressivo e detém um grande poder – o artefato militar – que através deste os EUA podem ditar as regras e dar as cartas, e caso se mostre necessário agir coercitivamente. E para isso, não terão apenas que imolar “sangue precioso em troca de petróleo”, buscando a manutenção de uma hegemonia fragilizada, eles podem ter que sacrificar o seu modo de vida (HARVEY, 2004, p.71-72).

É natural ao pensarmos em hegemonia atrelá-la à dominação que uma nação consegue impor no cenário econômico mundial. Arrighi (1996, p.27) adota o conceito de hegemonia mundial como a “capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um

sistema de nações soberanas”. Salienta que este poder é superior e diferente de uma simples dominação. Dominação pode ser considerada nesse sentido como algo fundamentado na coerção, e hegemonia como um poder galgado e conquistado, através da capacidade superior de um grupo ou Estado dominante. Com isso, Arrighi assegura que o mundo presencia atualmente uma “crise terminal” da hegemonia americana.

Para Arrighi, os Estados Unidos ainda são dominantes, econômica, militar e politicamente. Não obstante é uma dominação sem hegemonia, no sentido de que hegemonia não é apenas dominação pura, mas também a capacidade de fazer os outros acreditarem que se opera buscando atender ao interesse geral. Segundo Arrighi, existem duas fases da crise hegemônica norte-americana: a “crise inicial” que começou na década de 1970 e a “crise terminal” que está em pleno curso.

Na concepção do autor, os grupos dominantes precisam da desordem e da crise para emergir enquanto potências hegemônicas. Os Estados Unidos conquistaram a sua hegemonia, segundo Arrighi, porque tiveram a competência de reordenar o sistema interestatal fundamentado “numa percepção, difundida entre governantes e cidadãos do sistema, de que os interesses nacionais do Estado hegemônico incorporavam um interesse geral” (ARRIGHI, 1996, p 65). Assim,

À medida que aumenta o caos sistêmico, a demanda de “ordem” – a velha ordem, uma nova ordem, qualquer ordem! – tende a se generalizar cada vez mais entre os organismos, os governados, ou ambos. Portanto, qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender a essa demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico (ARRIGHI, 1996, p.30).

É importante observar que os Estados hegemônicos foram aqueles capazes de aproveitar as oportunidades propostas, sendo competentes na recuperação do sistema mundial de modo a instituir uma cooperação interestatal. Segundo Arrighi, as hegemônias não “ascenderam” ou “declinaram” dentro de um sistema mundial independente, pelo contrário, o sistema mundial “se formou e se expandiu com base em recorrentes reestruturações fundamentais, lideradas e governadas por sucessivos Estados hegemônicos” (ARRIGHI, 1996 p.30-31).

Eric Hobsbawm (2007), em entrevista a Folha de São Paulo sobre seu novo livro de ensaios, “*Globalisation, Democracy and Terrorism*” (Globalização, democracia e terrorismo), assegura que o imperialismo norte-americano também está com os dias contados, “o mundo hoje é muito complicado para que apenas um país o domine”. Para o autor, “a única certeza que podemos ter sobre a atual superioridade norte-americana é que ela será, para a história,

apenas um fenômeno temporário, como foram todos os impérios”. Segundo Hobsbawm, “não há, nem nunca houve espaço para uma só potência no planeta”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A posição apresentada por todos os autores aqui ressaltados revelam a preponderância do viés econômico nos argumentos defendidos, as duas visões reconhecem que o poder e a economia norte-americana possuem um peso significativo na conjuntura econômica mundial. Para tanto, é exatamente esse poder aqui explorado que buscamos analisar através do debate teórico proporcionado.

Um dos propósitos desse trabalho foi ventilar as diferentes formas de se pensar a hegemonia dos Estados Unidos ao longo das décadas. Com essa finalidade, nos propusemos a apresentar uma revisão bibliográfica para tentarmos chegar a um denominador comum frente à questão do poderio estadunidense após os ataques de 11 de setembro de 2001. Os autores foram escolhidos de acordo com a proximidade nas abordagens e a afinidade de opiniões com o tema proposto, como também considerando o valor histórico e científico de suas concepções, para com isso dividirmos a análise em hegemonia e declínio.

Tomar um posicionamento no sentido de concordar com umas das linhas de pensamento não se revelou uma tarefa fácil, diante dos argumentos aqui apresentados. Chegou-se ao entendimento de que os Estados Unidos ocupam a centralidade da economia, o seu poder ainda revela a sua posição de *hegemon*, embora reconheçamos a perda de poder relativo. Para ilustrarmos melhor a nossa opinião, faremos uma breve demonstração do nosso entendimento final, pontuando alguns aspectos relevantes.

É importante destacar que uma questão verificada ao longo da pesquisa é que a hegemonia é vista por muitos pesquisadores por um viés predominantemente econômico, fator esse de grande valor, porém não pode ser levado em conta em detrimento dos fatores políticos, sociais, geográficos, militares, ideológicos, tecnológicos, culturais entre outros. Nesse sentido, podemos perceber que Wallerstein, Arrighi, Hobsbawn e Harvey se mostraram radicais ao inferir a decadência ou declínio dos Estados Unidos sob um ponto de vista em que prevalece o aspecto econômico, desconsiderando os demais.

Ainda que, considerando a importância dessas análises com predomínio dos aspectos econômicos, ao nos determos apenas a esse aspecto, corremos o risco de subjugar os elementos de força da economia dos Estados Unidos, ao passo que, engrandecemos as suas fraquezas. Podemos afirmar que quando as forças norte-americanas são comparadas a outras forças, os Estados Unidos ainda exercem a maior influência a nível global.

Os parâmetros utilizados para analisar a ascensão de potências emergentes revelam-se através de uma avaliação que se restringe aos fatores que indicam decadência ou estagnação

dos Estados Unidos, esquecendo-se de ponderar no sentido geral, ou seja, em todos os âmbitos de abrangência da hegemonia.

Como podemos constatar, sob o prisma cultural, a universalidade cultural de uma nação pode ser reconhecida através da sua capacidade de influenciar setores da atividade internacional por meio das instituições através de um conjunto de normas favoráveis que governem essas instituições que representam fontes decisivas de poder. É importante destacar o “*American way of life*”, que demonstra essa universalização cultural, ao passo que, foi incorporado como modo de vida por muitos países, desde a idéia de democracia exportada para os lugares mais remotos do mundo, até a gastronomia e seus hábitos alimentícios.

O consumismo por sua vez, é uma marca presente nas sociedades contemporâneas modernas, reflexo da influência estadunidense, pode ser percebido não somente nos grandes centros, mas também está presente na periferia do sistema capitalista. É de suma importância destacar que os EUA são de longe os maiores exportadores de filmes e programas de televisão do mundo, exportando automaticamente, seus valores a todas as sociedades que consomem esses programas.

Os Estados Unidos estão entre os maiores em termos de produção no que confere a realocação de mão de obra e transferência de empresas norte-americanas para outras regiões, o que demonstra a sua capacidade de influenciar economicamente outras regiões ao redor do mundo.

No aspecto militar, os estadunidenses são indiscutivelmente proeminentes. Particularmente nesse aspecto, é importante ressaltar a supremacia norte-americana, pois os dados mostrados no gráfico apresentado no terceiro capítulo revelam que a soma dos gastos de todos os países em termos militares é equivalente aos gastos dos Estados Unidos isoladamente.

O atentado de 11 de setembro impulsionou os debates e as discussões no sentido de advertir sobre índices claros do atraso do poderio americano, quando o coração americano foi atacado, e o então Presidente Bush passou a tomar atitudes enérgicas na luta contra o terrorismo, os olhares direcionados ao país buscavam identificar não somente as causas do atentado, mas os rumos que tomariam a hegemonia norte-americana.

Após analisar as posições dos autores estudados, defendemos a posição de que os Estados Unidos ainda detêm poder suficiente para justificar a sua hegemonia, são dominantes em todas as áreas apresentadas ao longo desse estudo e ainda que, enfrentando dificuldades como foram – o caso do 11 de setembro de 2001 e da crise imobiliária de 2008 – não poderíamos denominar esse período conturbado como o declínio do poderio norte americano.

Dificuldades existem e sempre existiram, mas essas ainda não são suficientes para destituir os Estados Unidos da condição de *hegemon*.

## REFERÊNCIAS

ABDALLAH, rei, *apud* FRIEDMAN, T. **The Big Terrible**. New York Times. 18 de setembro de 2001.

AYERBE, Luis Fernando. **Os Estados Unidos e as Relações Internacionais Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Contexto Internacional, 2005.

America's World, **The Economist**, 23 de outubro de 1999, p.15.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHOMSKY, Noam. **Contendo a democracia**. RIBEIRO, Vera (trad.). Rio de Janeiro: Record, 2003.

COX, J. **US Success Draws Envy, Protests**. USA Today, 3 de agosto de 2000.

COX, Robert W. Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais: Um ensaio sobre o método. In: STEPHEN Gill (org). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

FIORI, José Luís. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M.C. & FIORI, J.L. (Orgs). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FIORI, José Luís. O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: FIORI, J.L. (Org.). **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FIORI, José Luís. **Sobre o poder global**. São Paulo. Novos Estudos. Novembro 2005.

FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro . Record. 2008.

Fundo Monetário Internacional, **World Economic**. Outlook Database, Abril de 2011: Nominal GDP list of countries. Dados para o ano de 2010.

GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: UNB Editora, 2002.

**Global Research** – Disponível em: <http://www.sipri.org/research/armaments/milex/factsheet> 2010. Acesso em 15 de maio de 2011.

GREMAUD, Amaury P.; VASCONCELLOS, Marco A. P.; TONETO JR., Rudney. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo; Atlas, 4ª edição 2002.

Gross domestic product (2009). The World Bank: **World Development Indicators database**. World Bank (27 September 2010). Página visitada em 2011-01-01

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos: O breve século XX**, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HOBBSBAWN, Eric; **Superioridade americana é fenômeno temporário**. Folha de São Paulo, 30 de Setembro de 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u332395.shtml>. Acesso em 13 de abril de 2011.

HUNTINGTON, Samuel. **A superpotência solitária**. Política Externa. Vol. 78, Nº 2. São Paulo, 2000.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (ISS). **Strategic Survey 2000-2001**. Lista de Estados importantes. Oxford: Oxford University Press, 2000-2001.

KRASNER, Stephen. **International regimes**. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

KEOHANE, Robert. **After Hegemony: Cooperation and discord in the world political economy**. Princeton University, 1984.

KINDLEBERGER, Charles. **The world in depression, 1929-39**. Berkeley: University of California Press, 1973, p.304. In FIORI, José Luís. Sobre o poder global. Novos Estudos. Nº. 73. Novembro 2005.

MAIA, Jaime M. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. São Paulo: Atlas, 2ª edição, 1995.

NYE Jr., Joseph S. **O Paradoxo do Poder Americano**. São Paulo: UNESP, 2002.

SARAIVA, José Flavio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. São Paulo: Saraiva Editora, 2007.

TAVARES, M. C. e MELIN, L. E. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia americana. In: Tavares, M.C. e Fiori, J. L. (org.) **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

TAVARES, Maria da Conceição. & BELLUZZO, L.G. A mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano. In: FIORI, J.L. (Org.). **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

The Global Giants, Wall Street Journal, 25 de setembro de 2000.R24; PRESTON, R. Rising and Midnight Suns Shine Brightly. Financial Times Survey, FT500 Annual Review 2000, 4 de maio de 2000. p.3.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**. Gradiva: Lisboa, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.